

FATORES QUE DIFICULTAM O TRABALHO DO PROFESSOR EM UMA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

<https://dx.doi.org/10.48097/2674-8673.2021n4p09>

Dayane S. de R. Pereira¹

Hilda S. da E. Tavares²

Fabiana M. da Silva³

RESUMO

As salas de recursos multifuncionais e o serviço ofertado neste espaço são conquistas dentre tantas alcançadas para a educação especial. A proposta desse serviço abrange o apoio aos professores de sala de aula regular e a promoção de aprendizagens aos educandos com necessidades especiais. Esta pesquisa teve como objetivo identificar as dificuldades encontradas pelo professor atuante nesse ambiente, sendo possível verificar pontos negativos que dificultam esse trabalho. Percebeu-se que o processo inclusivo está longe do idealizado e que existem aspectos negativos como a falta de profissionais capacitados, defasagem de material pedagógico e o pouco contato entre o professor da sala de recursos multifuncionais e o da sala regular. Esses aspectos dificultam o trabalho do professor, interferindo no serviço prestado nesse espaço.

Palavras-chave: Sala de Recursos. Inclusão. Aprendizagem.

Data de submissão: 09/10/2020

Data de aprovação: 18/11/2020

ABSTRACT

The multifunctional resource rooms and the service offered in this space are achievements among so many achieved for special education. The proposal for this service includes support for regular classroom teachers and the promotion of learning for students with special needs. This research aimed to identify the difficulties encountered by the teacher working in these rooms, where it was possible to verify negative points that hinder this work. It was noticed that the inclusive process is far from idealized and that there are negative aspects such as the lack of trained teachers, lack of pedagogical material and the lack of contact between the teacher in the multifunctional resource room and the teacher in the regular room. These aspects hinder the teacher's work, interfering with the service provided in this environment.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.

E-mail: dayaneraysa@yahoo.com.br

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.

Email: hildaelianep@gmail.com

³ Professora orientadora do curso de Pedagogia da FMGR.

E-mail: fabiana.silva1@gmail.com

Keywords: Resource Room. Inclusion. Learning.

INTRODUÇÃO

Se observarmos uma sala de aula não será preciso muito esforço para notarmos as diferenças entre os alunos. Para uma escola que se propõe a ser inclusiva é fundamental perceber, respeitar as diferenças, e assim buscar caminhos para atender as necessidades de todos. É necessário centrarmos nosso olhar nas dificuldades dos alunos por conta das suas limitações, porém buscando sempre o potencial de cada um. Deste modo a escola se ressignifica. Esse potencial pode ser trabalhado e estimulado através do atendimento educacional especializado em salas de recursos.

Segundo Mazzotta (1982), a sala de recursos, como o ensino itinerante, é uma modalidade classificada como auxílio especial. Como o próprio nome diz, consiste em uma sala da escola, provida com materiais e equipamentos especiais, na qual um professor especializado, sediado na escola, auxilia os alunos excepcionais naqueles aspectos específicos em que precisam de ajuda para se manter na classe comum. Segundo a Lei de Diretrizes Básicas (LDB), modalidade de ensino são as características da educação escolar, que é dividida em dois níveis: o básico e o superior.

A sala de recursos multifuncionais é uma ferramenta de apoio ao atendimento educacional especializado que promove o ensino-aprendizagem de modo adequado às crianças com necessidades especiais. Constituída de espaço organizado, materiais didáticos, e dotada de recursos para atender as diferentes demandas dos alunos especiais, a importância desse serviço fica evidente no processo de inclusão.

A sala de recursos existe para auxiliar a promoção das aprendizagens de alunos que possuam alguma necessidade especial, uma vez que os processos de aprendizagem devem atingir todas as pessoas, pois a inclusão é assegurada por lei, sendo um direito da criança, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96. A referida lei deu destaque à Educação Especial e garante o atendimento especial e serviços especializados a todos os estudantes com necessidades especiais.

Devemos considerar que a escola, ao cumprir com seu papel de inclusão, promove um ambiente rico pela diversidade social, tornando-se uma facilitadora para o desenvolvimento integral da criança. No que diz respeito às relações concretas no contexto escolar, observamos valores, respeito e participação efetiva em momentos que são vivenciados pelas crianças quando a inclusão realmente acontece.

Um ambiente bem planejado possibilita a adequação das necessidades dos alunos, sendo a escola responsável por desenvolver papéis importantíssimos para essa inclusão e construção do conhecimento. Nos dias atuais podemos perceber que as instituições têm se empenhado em cumprir sua missão, com propostas pedagógicas, porém existem lacunas que precisam ser preenchidas, como melhor utilização da sala de recursos multifuncionais para crianças com necessidades especiais, sendo essa uma problemática a ser resolvida.

Diante desse cenário é importante localizar a função do pedagogo nesse contexto, e assim nos inquieta saber como se constitui o trabalho na sala de recursos frente à educação inclusiva e quais são os aspectos que dificultam o funcionamento deste espaço e, conseqüentemente, o trabalho do professor. Nosso pressuposto é que esses desafios vão muito além da sala de aula e das leis que norteiam essas atividades.

A docência sempre foi nosso sonho. A partir do momento em que começamos a estagiar surgiu o interesse por este tema, se intensificando com a oportunidade de trabalhar com crianças com necessidades especiais.

É fundamental salientar a importância do desenvolvimento de cada aluno e compreender propostas que auxiliem na inclusão. A presente pesquisa visa analisar o funcionamento da sala de recursos multifuncionais e o trabalho do pedagogo nesse ambiente, as questões norteadoras do trabalho desenvolvido nela, como também as leis que regulam essa atividade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As leis que regulamentam a educação inclusiva e a sala de recursos multifuncionais

A educação inclusiva é muito discutida no Brasil e no mundo. No ano de 1990, por exemplo, ocorreu um importante momento para a educação: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos que tratou sobre as necessidades básicas de aprendizagem. A referida conferência relembra uma conquista que no Brasil já é garantida constitucionalmente, que é a educação como um direito de todos. Já em 1994, a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, na Espanha, surgiu a proposta da educação inclusiva como objetivo da promoção da educação para todos, considerando as mudanças fundamentais de políticas para favorecer a educação integradora, com escolas capacitadas para atender todas as crianças, principalmente as que possuem necessidades especiais.

Atualmente existem diversas leis que regulamentam a Educação Especial no Brasil. Essa política de inclusão abrange crianças com Transtornos Globais do Desenvolvimento, deficiências e altas habilidades de superdotação. Então, para que esses serviços sejam oferecidos de forma correta, é necessário se discutir dentro de um projeto político pedagógico, identificar as necessidades dos alunos e responder a essas necessidades. No ano de 2010, em resposta a esse debate, o Ministério da Educação, em conjunto com a Secretaria de Educação Especial, lançou um manual que regulamenta a implantação da sala de recursos multifuncionais.

A educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal para todos os alunos e a efetivação desse direito deve ser cumprido pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção. Assim, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais constitui uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo que possibilite garantir uma educação de qualidade. (BRASIL, 2010).

Esse programa de implantação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e em seus objetivos constam o apoio à organização da educação especial na perspectiva da promoção do desenvolvimento profissional juntamente com a participação da comunidade escolar. Baptista (2011, p. 68), discursa que a relação entre Educação Especial e Educação Infantil constitui um ponto de investimento necessário pela escassez de serviços e pela importância do apoio no momento inicial da vida e da escolarização das crianças com necessidades especiais.

Tartuci (2013 *apud* PASSIAN, 2017) disserta que isso abrange a organização do tempo e do espaço físico, para determinar os critérios a serem usados para a distribuição dos atendimentos em grupo ou individuais. Envolve também a elaboração das atividades, com a preparação dos materiais e dos recursos a serem utilizados. Portanto, é importante um trabalho que sirva de apoio, desenvolvendo um plano de intervenção diferenciado que contribua para o desenvolvimento do aluno.

De acordo com a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a Educação Especial integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o Atendimento Educacional Especializado - AEE, garantido por lei. Esse atendimento ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 1996). Deste modo, percebe-se o olhar da educação especial que é o de oferecer um suporte para a educação básica que

possibilite o acesso e a permanência do aluno com necessidades especiais na escola.

O funcionamento do atendimento educacional especializado

Compreendendo que o atendimento educacional especializado desenvolvido nas salas de recursos multifuncionais é um complemento de ensino e suporte para o aluno com necessidades especiais, é necessário conhecer os objetivos desse serviço, como se organiza esse espaço pedagógico, e o educador que nele trabalha. O decreto de nº 7.611/11 define os objetivos do AEE:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011).

Apesar deste não ser o tópico central da nossa pesquisa, é importante salientar como as salas são estruturadas. De acordo com o decreto de nº 7.611/11, existem dois tipos de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM): tipo I e tipo II. Ambas contêm as mesmas especificações de materiais, apenas com uma diferença: a sala tipo II contém material específico, voltado para acessibilidade de alunos com deficiência visual. Podemos observar nos quadros abaixo a lista de materiais que compõem a Sala de Recursos Multifuncionais.

Quadro 1 - Especificação dos itens da SRM- Tipo I

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - seqüência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
Mobiliários	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Fonte: (BRASIL, 2010)

Quadro 2 - Especificações dos itens da SMR- Tipo II

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: (BRASIL, 2010)

Não é toda e qualquer escola que tem direito a adquirir esse material e disponibilizar um atendimento educacional especializado. O manual que orienta o programa de implantação das salas de recursos indica critérios que uma escola precisa cumprir para que seja contemplada e, conseqüentemente, possa oferecer este serviço. Dentre os critérios mais importantes estão:

- A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum);
- A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) público alvo da educação especial em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala Tipo I;
- A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) cego(s) em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala de Tipo II;
- A escola deve ter disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no AEE. (BRASIL, 2011).

Ainda no decreto de nº 7.611/11, o art. 5º também dispõe sobre questões norteadoras para o atendimento:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. (BRASIL, 2011).

Esse atendimento no contraturno pode se tornar algo complicado se pensarmos que a criança tem outros tratamentos e terapias. Porém, cabe ressaltar que a importância da sala de recursos multifuncionais está no serviço ofertado por ela, é o apoio ao aluno com necessidades especiais, é o suporte ao professor das salas de ensino regular e, conseqüentemente, a promoção e conscientização da educação inclusiva. A importância desse espaço vai muito além da garantia de direitos. A atividade desenvolvida neste

ambiente proporciona ao aluno trabalhar suas especificidades, enxergando-o como um ser em constante processo de aprendizagem.

Já sobre o profissional que trabalha na SRM, desempenhando o atendimento educacional especializado, existe uma resolução orientando suas atividades e formação. De acordo com a resolução CNE/CEB n. 4/2009, art. 12, “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.” (BRASIL, 2009). Deste modo, entende-se a necessidade de uma formação além da graduação, no caso, uma especialização no campo da educação especial.

Ainda sobre esse profissional Mazzota (1982) acrescenta:

O professor da sala de recursos tem uma dupla função: prestar atendimento direto ao aluno e indireto através de orientação e assistência aos professores da classe comum, às famílias dos alunos e aos demais profissionais que atuam na escola. Mediante esta modalidade de atendimento educacional, o aluno é matriculado na classe comum correspondente ao seu nível de escolaridade. Assim sendo, o professor especializado deve desenvolver o seu trabalho de forma cooperativa com os professores de classe comum. (MAZZOTTA, 1982, p. 48).

No entanto, vale ressaltar a importância de investimentos nesse profissional que está em processo de formação, e não apenas nos profissionais que já atuam na área. A inserção de conteúdos e disciplinas que abordem a educação especial juntamente com atividades práticas podem ser consideradas de grande contribuição para a formação do professor, para o mesmo saber lidar com a inclusão e diversidade que existe em sala de aula. Segundo Pereira e Guimarães (2019, p. 578), “a educação especial ocupa um lugar restrito na formação do docente em ensino infantil”. Assim, no geral, o que é ofertado nesta formação inicial do professor não é suficiente para que ele possa lidar com as diferentes necessidades dos alunos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos e periódicos. Para nossa base de dados foram utilizadas buscas nos sites: *Scientific Electronic Library OnLine* – (SCIELO), *Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências Sociais e da Saúde* – (LILACS) e *Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia* – (PePSIC), sendo as palavras psicopedagogia, educação especial, sala de recursos multifuncionais e aprendizagem utilizadas como descritores na busca. Este trabalho foi realizado a partir de investigação em 10 artigos e 2 livros. Desse total, 6 artigos foram utilizados para construção

da tabela de coleta de dados e os demais utilizados no referencial teórico, juntamente com Leis e Decretos publicados pelo Ministério da Educação do Governo Federal, sendo 5 no total. Ao todo foram contabilizados 17 documentos entre os anos de 1982 até 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Leis e documentos oficiais sobre a SRM

Através das leituras em busca de alcançar nosso primeiro objetivo específico, notamos a importância de conhecer as leis que regulamentam a educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96) garante o atendimento especial e serviços especializados a todos os estudantes com necessidades especiais. Já o decreto nº 7.611/11 é o responsável pela regulamentação das salas de recursos e definição dos objetivos do serviço ofertado.

A partir da compreensão do funcionamento do atendimento educacional especializado, ficou claro que esse atendimento oferecido nas salas de recursos multifuncionais é um complemento de ensino e suporte para o aluno com necessidades especiais. Diante das leituras, percebemos que, no geral, o que é ofertado na formação inicial do professor não é suficiente para que ele possa lidar com as diferentes necessidades dos alunos que são atendidos nestas salas. Com isso, Pereira e Guimarães (2019, p. 578) enfatizam que “das 606 disciplinas ofertadas pelos dez cursos de graduação para educação básica, apenas 25 se referem à Educação Especial”.

Dificuldades encontradas na funcionalidade da SRM que dificultam o trabalho do professor neste ambiente

A dinâmica da pesquisa e o nosso objetivo geral demandaram, além da construção do referencial teórico para fundamentar nossa compreensão acerca da temática, a sistematização dos nossos achados em um quadro onde foi possível visualizar, a partir de trabalhos de estudo de caso, as maiores dificuldades na prática dos pedagogos dentro das salas de recursos multifuncionais.

Optamos por analisar trabalhos realizados a partir da metodologia de estudo de caso, pois de acordo com Yin (2005, p.32 *apud* FREITAS; JABBOUR, 2011, p. 11) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”, ou seja, o estudo de caso oferece uma visão da realidade pesquisada.

Assim, a sistematização do quadro nos aproximou da realidade vivenciada da SRM a partir do olhar dos professores, trazido nos trabalhos selecionados, conforme apresentamos a seguir:

Quadro 3 - Coleta de dados

Título do artigo	Pontos que podem dificultar a funcionalidade da SRM e no trabalho do professor nesse ambiente	Autor e ano de publicação
O papel da sala de recursos para inclusão do aluno com deficiência	A falta do profissional capacitado para a demanda que a escola necessita	MIRANDA, Theresinha Guimarães <i>et al.</i> 2009
Percepção dos professores sobre o atendimento na sala de recursos multifuncionais	A demora ao oferecer meios para aprimorar conhecimentos na área da educação especial	VALADARES, Solange Pereira dos Santos. 2015
Métodos e técnicas de ensino utilizados na sala de recursos multifuncionais - atendimento educacional especializado	Abandono das salas, defasagem do material pedagógico	FURLAN, Ana Maria da Silva. 2014
SRM e seu funcionamento no atendimento educacional especializado em uma escola de Rio Branco- Acre	Comprometimento na qualidade do atendimento por falta de gestão	SOUZA, Naíde Caetano de. 2015
Interrelação entre professores da sala de atendimento educacional especializado e do ensino regular	Pouca interação entre os professores da sala de recursos e da sala regular	DUARTE, Valéria de Oliveira <i>et al.</i> 2017
Ações do professor da SRM com os professores das salas comuns, profissionais e familiares de crianças pré-escolares incluídas	Dificuldade de contato com professores das salas comuns	CIA, Fabiana; GONÇALVES RODRIGUES, Roberta Karoline. 2014

Fonte: as autoras

Este quadro nos indicou que as dificuldades do trabalho do pedagogo na SRM estão ligadas às três questões principais: a formação dos professores, a infraestrutura das SRM, e a falta de comunicação de professores das salas comuns e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Do total de trabalhos selecionados para essa busca, o artigo *O papel da sala de recursos para inclusão do aluno com deficiência* e o artigo *Percepção dos professores sobre o atendimento na sala de recurso multifuncional* concluíram que a falta de professores capacitados é um fator que tem relação com as dificuldades de usar bem esse espaço. Foi constatado que geralmente o profissional tem especialização em educação especial, porém essa especialização é voltada apenas para deficientes visuais e as escolas recebem atualmente crianças com outras necessidades, como deficiência intelectual e auditiva.

Como vimos em nosso referencial teórico, mais precisamente na Lei nº 9.394/96, capítulo V, artigo 59, que se refere à Educação Especial, fica assegurado aos alunos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Porém, de acordo com Valadares (2015, p. 27), as políticas públicas dão pouca prioridade ao oferecimento de cursos ou treinamentos para todos os professores que lidam diretamente com crianças deficientes. Deste modo, existe uma exigência de capacitação dos professores e pouca oferta de qualificação para esse profissional.

Com relação à questão da infraestrutura das SRM relacionada à má utilização deste espaço, constatamos a negligência para com as salas e materiais pedagógicos defasados, ambientes com a estrutura precisando de pinturas nas paredes e manutenções. Quanto ao material pedagógico, existe uma demora em atualização e aquisição de materiais, o que leva os professores a produzirem jogos e brinquedos para que possam continuar atendendo as crianças de forma proveitosa.

De acordo com o decreto de nº 7.611/11, as SRM precisam atender a uma exigência mínima de materiais para seu funcionamento. No entanto, não é isso que ficou evidenciado a partir das pesquisas acessadas. Segundo Furlan (2014):

O mesmo governo que garantiu por lei a inclusão desses alunos ao ensino, dando todas as garantias possíveis de ensino e infraestrutura é o mesmo que o descaso é geral. Salas de recursos com mais de dez anos de uso até agora sem uma reforma, sem materiais atualizados e computadores sucateados. (FURLAN, 2014, p. 32)

Naíde Souza (2015) evidencia em sua pesquisa um relato de uma professora que atua

em uma sala de recursos multifuncionais onde é notória a decepção da profissional por não ter materiais suficientes, além de desatualizados, para atender as diversas necessidades.

[...] Nós precisamos de muitos recursos, pois os alunos utilizam os mesmos jogos educativos durante o ano todo. Precisamos de jogos educativos on-line, mas não temos internet na sala e quando fui solicitar, a coordenação me informou que tinha que comprar com dinheiro do meu bolso. Outra coisa é o quadro branco que chegou no início do ano na escola e não foi anexado à parede. Quando reclamei me disseram que era para colocar em cima de duas cadeiras. (SOUZA, 2015, p. 35).

Desse modo, mesmo existindo uma regulamentação que disponibiliza, por parte do governo, o material para o funcionamento das salas, os profissionais precisam produzir materiais, jogos e brinquedos para que possam continuar atendendo as crianças de forma proveitosa. Como já foi evidenciado em nosso referencial teórico, o jogo faz parte de procedimentos metodológicos que colaboram com o desenvolvimento da criança.

Os artigos de estudo de caso apontaram ainda que existe outro aspecto considerado negativo: a falta de comunicação entre professores das salas regulares com os professores das salas de recursos multifuncionais. Duarte e colaboradores (2017) realizaram um estudo sobre a interrelação entre professores da rede pública do estado de São Paulo, sendo eles atuantes na sala comum e professores da sala de recursos multifuncionais. Nesse estudo “52% dos profissionais apontaram como complicador o fato do aluno frequentar a sala de SRM no contraturno, o que na visão desses profissionais dificulta o encontro desses professores para esclarecimentos e para tirar dúvidas.” (DUARTE *et. al.* 2017, p. 1059).

Em outro artigo utilizado para o estudo de caso é possível identificar a mesma dificuldade de comunicação entre professores de salas comuns e salas de recursos multifuncionais. Cia e Rodrigues (2014) ilustram o relato de uma professora com o seguinte texto:

[...] É muito precário, eu falei duas vezes no semestre com os professores de dois alunos, quase nunca converso. As ações entre longos espaços de tempo eu pergunto como está e apresento os trabalhos que eu fiz aqui na sala e dou sugestões de ações e atividades. (CIA & RODRIGUES, 2014, p. 88).

Porém, a NT nº 11/2010 emitida pela Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, dispõe sobre a articulação dos professores da sala de aula comum com demais profissionais da escola, juntamente com a família do aluno, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares.

A elaboração e execução do Plano de AEE são de competência dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais em articulação com os demais

professores do ensino comum, com a participação da família e em interface com os demais serviços setoriais (BRASIL, 2010).

Ao identificar mais um aspecto que pode interferir na funcionalidade da SRM, esta nota técnica deixa claro o quanto é fundamental a comunicação entre os professores para que a execução do plano educacional proposto no atendimento educacional especializado seja efetuado com sucesso. Dito isto, é possível afirmar que a pesquisa alcançou os objetivos propostos, analisando a funcionalidade das salas de recursos multifuncionais e o trabalho do pedagogo nesse ambiente, identificando os aspectos que dificultam a oferta desse serviço e a atuação desse profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como artigos publicados em plataformas de pesquisas refletem a funcionalidade das salas de recursos multifuncionais. No decorrer da pesquisa também foi analisada a atividade do pedagogo nesse ambiente. Foi possível identificar a partir do nosso referencial teórico e da análise das funcionalidades desse ambiente, a falta de profissional qualificado, a escassa atualização de materiais disponibilizados na SRM e a falta de interação entre professores de sala regular com professores da sala de recursos como aspectos que interferem no bom funcionamento e oferta desse serviço e no trabalho do pedagogo.

A importância desse estudo está nos resultados obtidos e de como podem contribuir não só para pesquisas futuras, mas também com o trabalho de pedagogos e demais profissionais, entendendo que a oferta de disciplinas voltadas para a educação especial durante a graduação é insuficiente. É necessário que, além da teoria, exista prática para que o profissional, enquanto estudante, chegue ao mercado de trabalho mais preparado para a realidade.

Este estudo é apenas o início de uma vida acadêmica, merecendo ser aprofundado em busca de ampliar conhecimentos no campo da educação especial, pois sua temática requer estudos contínuos para que o serviço ofertado atualmente chegue o mais próximo do que está no papel.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados.** Rev. bras. educ. espec., Marília ,

v. 17, n. spe1, p. 59-76, Ago. 2011 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382011000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 Set. 2019.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Ministério da Educação**. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

BRASIL. **Ministério da Educação**. **Resolução nº 4/2009**, de 2 de outubro de 2009. Brasília, DF: Edições Câmara, 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação**, Secretaria de Educação Especial. Esplanada dos Ministérios. Nota Técnica – seesp/gab/n.º 11/2010.

CIA, Fabiana; GONÇALVES RODRIGUES, Roberta Karoline. **Ações do professor da sala de recursos multifuncionais com os professores das salas comuns, profissionais e familiares de crianças pré-escolares incluídas**. *Práxis Educacional*, [S.l.], v. 10, n. 16, p. 81-103, maio 2014. ISSN 2178-2679. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/764>. Acesso em 24 mai. 2020.

DUARTE, Valéria de Oliveira *et al.* **Inter-relação entre professores da sala de atendimento educacional especializado e do ensino regular**. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, [S.l.], p. 1048-1062, nov. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10444/7015>. Acesso em 02 maio 2020.

FURLAN, Ana Maria da Silva. **Métodos e Técnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais - Atendimento Educacional Especializado**. 2014, 45 f. Monografia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR. Disponível: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4229/1/MD_EDUMTE_2014_2_6.pdf. Acesso em: 15 de maio 2020.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões**. *Revista Estudo & Debate*, [S.l.], v. 18, n. 2, dez. 2011. ISSN 1983-036X. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560/550>. Acesso em:

04 jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; ROCHA, Náira Santos; SANTOS, Priscila Andrade dos. **O Papel da Sala De Recursos Para A Inclusão Do Aluno Com Deficiência**. 2009. V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial – Londrina PR. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/254.pdf> . Acesso em 14 de maio 2020.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. **Aspectos da Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado: um Estudo em Larga Escala**. *Educ. rev.* Belo Horizonte , v. 33, e155866, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100111&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 set. 2019.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARAES, Selva. **A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia**. *Rev. bras. educ. espec.*, Bauru , v. 25, n. 4, p. 571-586, Dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000400571&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2020.

SOUZA, Naíde Caetano de. **Sala de recursos multifuncional e seu funcionamento no atendimento educacional especializado em uma escola de Rio Branco - Acre**. 2015. 48 f. Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar-UnB. UAB. Acre –AC. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/15898>. Acesso em: 21 maio 2020.

VALADARES, Solange Pereira dos Santos. **Percepção dos professores sobre o atendimento na sala de recurso multifuncional**. 2015. 40 f. Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar-UNB. UAB. Buritys- MG. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/15811>. Acesso em: 22 maio 2020.